

12/10/2020

**APEOESP**

117

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

**CER ORGANIZA  
ASSEMBLEIA POPULAR  
EM DEFESA DA VIDA  
NO DIA 17/10**

## Pauta para debate:

- **Greve sanitária contra o retorno às escolas em 2020, mantendo-se professores e funcionários em teletrabalho e não comparecimento dos estudantes às escolas.**
- **Indicativamente, caso o governo imponha a volta às aulas presenciais, greve geral com suspensão de todas as atividades.**

# A APEOESP na defesa de toda a categoria: efetivos, contratados temporariamente, da ativa e aposentados



*Professora Bebel encara a repressão durante carreta no Palácio dos Bandeirantes.*

A reafirmação da defesa da vida e dos direitos da categoria, o posicionamento firme contra a volta às aulas presenciais durante a pandemia e a organização da assembleia popular regionalizada virtual em defesa da vida do dia 17/10 foram deliberações da reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER) reunido de forma virtual em 10/10, sábado.

Também foram reafirmadas energicamente as lutas contra o PL 529, contra a reforma administrativa do governo Bolsonaro, contra a investida do governo Doria para impor escolas de tempo integral e também contra a implementação da reforma do ensino médio no estado de São Paulo.

## **Realizar uma grande assembleia popular**

A assembleia popular virtual regionalizada em defesa da vida será realizada no dia 17 de outubro, em encontros simultâneos que ocorrerão das 9h00 às 12h00, organizados em blocos de subsedes.

As assembleias reunirão professores, estudantes, pais e funcionários e debaterão centralmente a questão da volta às aulas presenciais, visando unificar o posicionamento de toda a comunidade em defesa da vida e contra a atitude irresponsável do governo Doria de reabrir as escolas em plena pandemia.

Caberá às subsedes definidas como organizadoras, tomar todas as providências para a centralização das inscrições e coordenação dos trabalhos. Em cada assembleia haverá responsáveis pela sistematização das propostas e deliberações, que serão reunidas e ponderadas para configurar seu resultado final.

Um boletim específico apresentará o agrupamento das subsedes em blocos e orientações para a realização da assembleia em cada região. Todas as subsedes devem realizar o máximo empenho para coletar as inscrições junto aos professores/as, pais/mães, estudantes, funcionários/as.

## **Debater a greve sanitária em defesa da vida, contra o retorno às escolas em 2020**

Nas assembleias populares colocaremos em debate a possibilidade de uma greve em defesa da vida e contra a volta às aulas presenciais neste ano, envolvendo todos os segmentos.

De imediato, devemos realizar uma greve sanitária em defesa da vida, mantendo-se professores e funcionários em teletrabalho, assim como os pais e mães deverão deixar de enviar seus filhos às aulas presenciais nas escolas.

O CER votou indicativamente que, caso o governo insista em convocar as aulas presenciais, obrigando o comparecimento às escolas, realizaremos uma greve geral, suspendendo todas as atividades.

## **As escolas não têm condições para a realização de aulas presenciais durante a pandemia**

A pandemia do novo coronavírus continua muito forte no país e no estado de São Paulo. Há mais de 5 milhões de casos confirmados e 150 mil mortos em todo o Brasil, inclusive muitos profissionais da educação.

Apesar disso, Doria/Rossieli insistem em reabrir as escolas. Porém, a pesquisa que encomendamos ao Instituto dos Arquitetos do Brasil/SP e ao Dieese para a confecção do Manual Técnico para Escolas Saudáveis e o embasamento científico que buscamos indicaram que mais de 8 milhões de pessoas estariam expostas a risco num eventual retorno das aulas nas 12,7 mil escolas municipais e 5,5 mil escolas estaduais.

- 82% das escolas estaduais não têm mais de dois sanitários, o que aumenta o risco de aglomerações.
- 79% não têm vestiário, o que prejudica ações de higienização.

- 48% não têm sanitário adaptado para pessoas com deficiência.
- Mais de 500 escolas não têm pátio.

Por essas e tantas outras razões, não podemos aceitar a volta das aulas presenciais em 2020 e a APEOESP irá responsabilizar judicialmente qualquer agente público que tome decisões que promovam a volta às aulas presenciais e venha a provocar contaminações e óbitos em decorrência de tais decisões.

Considerando, ainda, que essa é uma questão nacional, a APEOESP levará à CNTE a proposta de uma greve nacional.

## Municípios decretam que as escolas não reabrem

A APEOESP trabalhou arduamente e se reuniu com prefeitos e prefeitas e secretários(as) de Educação e saúde em todas as regiões, dando conhecimento às autoridades municipais da pesquisa que encomendou do Instituto dos Arquitetos do Brasil e do DIEESE. Por conta dessa atuação, até 9/10 316 Municípios já haviam decretado que as aulas presenciais não voltam em 2020, sendo que 261 deles proibiram a volta para todas as redes (municipal, estadual e privada). Nossa luta continua pela ampliação deste número para alcançar todo o estado.

Essa é uma grande vitória da APEOESP, que vem afirmando que a reabertura das escolas, sem considerar que a pandemia ainda é uma realidade muito presente na sociedade, e sem considerar a vontade e a segurança da população, é um erro, que coloca em risco a vida de milhões de pessoas. Pelo levantamento que a APEOESP realizou junto às subsedes, menos de 3% das escolas estaduais realizaram a volta opcional em 7/10, muitas delas sob pressão e com um número ínfimo de

estudantes. A APEOESP impetrará ação judicial contra qualquer chamada impositiva aos professores para a volta às escolas, bem como pressões e assédio moral.

## **As atuais atividades presenciais são optativas**

Lembramos que as atividades presenciais que o governo determinou para o período que se iniciou em 7/10 são optativas, tanto para os professores quanto para os estudantes. Elas não fazem parte do desenvolvimento do conteúdo curricular regular, que segue sendo feito pelas atividades remotas.

Os professores que já têm 32 aulas atribuídas pelo sistema de teletrabalho não participam, portanto, das atividades presenciais.

Mesmo quando o decreto municipal permite as atividades na rede estadual, elas continuam sendo optativas, mas no nosso entendimento essa permissão fere a constituição federal no que se refere à obrigação das autoridades públicas em proteger a vida e saúde dos cidadãos.

Nesses casos devemos insistir para que o Município estenda a abrangência do decreto para as escolas estaduais.

No caso de um decreto municipal se omitir sobre as atividades presenciais nas escolas estaduais continua a valer o decreto anterior, que proibia as atividades em todas as redes. Caso o Dirigente de Ensino insista em reabrir as escolas neste Município, o departamento jurídico da APEOESP necessita do decreto anterior, do decreto atual, cópia do livro ponto docente ou qualquer outro documento que comprove que está havendo atividades presenciais em determinada escola, e com esses documentos, tomará as medidas jurídicas necessárias.

## 16/10: carreatas regionais

O CER definiu que no dia 16/10 todas as subsedes realizem nas regiões carreatas em direção às Diretorias de Ensino, contra a volta às aulas presenciais, em defesa dos direitos da nossa categoria, contra o PL 529, a cobrança abusiva de contribuições previdenciárias dos aposentados e contra todos os ataques que vem sendo feitos pelo governo Doria.

## Doria/Bolsonaro, são governos assemelhados!

A maior responsabilidade pelo grave quadro da pandemia no Brasil é do Presidente da República, Jair Bolsonaro, que comanda um governo irresponsável e genocida, que ao contrário de defender a vida, coloca toda a população em risco e ataca os direitos de todos.

Depois de ser derrotado pela oposição no Congresso Nacional, que instituiu o auxílio emergencial de R\$ 600,00, Bolsonaro atua para reduzi-lo a R\$ 300,00 até o final do ano, valor absolutamente insuficiente para a sobrevivência dos brasileiros.

Ao mesmo tempo, enviou para votação na Câmara a reforma administrativa, que ataca os direitos dos servidores, enfraquece os serviços públicos e favorece o apadrinhamento político nas estruturas do Estado. **A APEOESP levará à CNTE a proposta de que a Confederação busque a CUT e demais centrais sindicais para organizar um movimento nacional contra a reforma administrativa.**

O Governo Doria aqui no Estado de São Paulo, ao insistir com a volta das atividades presenciais nas

escolas, mostra desrespeito com a necessidade de preservar a vida e a saúde da população paulista. Do mesmo modo, Doria mostra que não tem comprometimento com os setores menos favorecidos da população, porque é isso que significa, por exemplo, a extinção das instituições públicas que pretende extinguir no PL 529, tais como o CDHU, EMTU e as demais. Todas elas são instituições que lidam com demandas dessa fatia da população, como as habitações populares e transporte público.

A APEOESP seguirá combatendo com vigor toda política que ataque a vida, a saúde e os direitos da classe trabalhadora, vinda de qual governo vier.

## **Em virtude da pandemia e por conta da excepcionalidade do momento atual, não se pode falar em reprovação dos estudantes**

A SEDUC está tentando impor a reprovação dos estudantes que não tenham cumprido atividades remotas durante a pandemia. Mesmo considerando que o ensino remoto é a única alternativa para não colocar em risco a vida de professores, estudantes e funcionários, a reprovação é inaceitável, considerando todas as conhecidas dificuldades dos estudantes para participar do chamado “ensino a distância” e as deficiências do sistema implementado pelo governo.

Salientamos que o Conselho Nacional de Educação deliberou o parecer CP 11/2020 para que o ensino remoto seja estendido até o final de 2021 e recomenda que não haja reprovação dos estudantes. O parecer aguarda homologação do Ministério da Educação.



Nos dias de hoje o alinhamento do CNE está muito afastado das políticas educacionais e pedagógicas nas quais acreditamos, mas apesar disso, conseguiu produzir um documento que entende o momento histórico pelo qual passamos, recomendando a continuidade do isolamento social e avaliando que poderá haver dificuldades para os estudantes menos favorecidos terem pleno acesso aos conteúdos ministrados, e por isso as recomendações. Se mesmo o CNE, então, tomou essa decisão, por que o Governo de São Paulo insiste em reabrir escolas e ameaça estudantes com reprovação?

O Secretário Rossieli foi Ministro da Educação e sabe que o CNE é órgão regulador da educação nacional e suas deliberações se sobrepõem a qualquer decisão estadual.

**A APEOESP entende que importante afirmar que só cita o parecer do Conselho Nacional de Educação dado o momento excepcional pelo qual passamos.**

## **“Novo ensino médio” e PEI são excludentes**

A APEOESP reafirma seu posicionamento contra o “novo ensino médio” aprovado no Governo Temer e o Novotec que vêm sendo implementados pelo governo Doria.

O Novotec propõe formação aligeirada e não oferece perspectivas para a formação integral e verdadeiramente profissional dos nossos estudantes. Ao mesmo tempo, recebemos denúncias de que estão sendo contratadas pequenas escolas particulares para ministrarem as

disciplinas do Novotec, que não seriam ministradas pelas Etecs, como o governo do Estado havia divulgado.

**A APEOESP irá produzir documento sobre o novo ensino médio e Novotec para subsidiar a nossa categoria nessa questão.**

## **PEI: em defesa do noturno e do aluno trabalhador**

Neste momento estamos em luta intransigente contra a imposição das escolas de tempo integral e temos conseguido reverter essa imposição em diversas regiões. Essa luta será intensificada. A APEOESP produziu nos últimos dias informa urgente e encarte para orientar nossos diretores, conselheiros, representantes e professores nesse debate e será produzido novo material para o diálogo com a população de forma geral.

Como já destacamos, as escolas de tempo integral acabam com o turno noturno, excluem os estudantes que trabalham ou realizam algum tipo de curso durante o dia e lhes tiram a possibilidade de estudar no noturno, a não ser que se transfiram para unidades mais distantes.

Esses jovens acabam por abandonar os estudos e, mais tarde, tentam conseguir vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A APEOESP, junto com outros segmentos da comunidade escolar, ingressará com ação popular contra a implementação das escolas de tempo integral, considerando-se que não há possibilidade de nenhum debate que expresse a real opinião da comunidade escolar em meio à pandemia

Além disso, serão impetradas ações judiciais específicas

para impedir a implementação das escolas de tempo integral que estejam em desacordo com o posicionamento das comunidades e dos conselhos de escola e que não possuem as mínimas condições estruturais para essa finalidade.

**Neste processo, atuaremos para o fortalecimento dos conselhos de escolas, que legal e legitimamente são os órgãos que devem deliberar e gerir os destinos das escolas e devem funcionar de forma democrática e transparente.**

## **Aumento das alíquotas previdenciárias dos aposentados é inconstitucional e é uma injustiça!**

O Decreto 25.021 do governo Doria significa uma grande injustiça, uma vez que autoriza a cobrança de contribuição previdenciária que incide sobre os rendimentos dos professores aposentados, que já contribuíram tantos anos para ter esse direito.

Este governador, que só conseguiu aprovar a reforma da previdência por um único voto no primeiro turno e apenas dois votos no segundo turno na ALESP, não perde a oportunidade para ampliar, a qualquer custo, a gana arrecadatória do Estado, inclusive com essa majoração da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas. Mas não vamos permitir mais esse ataque!

Após a nossa acirrada luta contra a reforma da previdência de novembro a março, enfrentando todas as manobras e tropa de choque de Doria, não abandonamos a luta. A APEOESP ingressou com ações direta de inconstitucionalidade e com uma ação civil pública em conjunto com AFUSE, CPP E APASE contra o aumento das alíquotas dos aposentados.

A APEOESP obteve liminar em uma das ADINS. Entretanto, o Estado obteve do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luiz Fux, a suspensão dessa liminar. Por isso a cobrança está sendo realizada neste momento.

**Todas essas ações da APEOESP estão em tramitação, abordam as diversas ilegalidades cometidas pelo governo e isto aumenta a chance de podermos obter sentenças favoráveis.**

Além das ações judiciais, a APEOESP está contratando profissional especializado em cálculos atuariais para que possamos demonstrar que não existe déficit na SPPREV, e assim, com um parecer técnico, dar combate a essa política que ataca os aposentados.

## Jornada do Piso

O STF finalmente julgou constitucional a questão que estava pendente naquela Corte sobre a jornada do piso, decidindo que é constitucional a composição da jornada de trabalho do professor em suas partes, a primeira, correspondendo a 2/3 de seu total, dedicada às atividades de interação com os estudantes, e a outra, correspondendo a 1/3 de seu total, dedicada a outras atividades, tais como a preparação de aulas, a presença em reuniões pedagógicas coletivas e afins.

O Estado de São Paulo não aplica essa proporção corretamente, porque em uma jornada de 40 aulas semanais, apenas 26 delas deveriam ser cumpridas em sala de aula.

Diante desse julgamento, a APEOESP vai protocolar requerimento instruído com a decisão do STF junto à Secretaria da Educação para que o Estado de São Paulo passe a aplicar a jornada corretamente. Caso haja negativa ao pleito ou demora em seu atendimento, tomaremos as medidas judiciais necessárias para que esse direito dos professores seja cumprido.

# PL 529: se o governo não retirar, vamos derrotá-lo!



Professores(as) e demais servidores(as) na Assembleia Legislativa na luta contra a aprovação do PL 529.

Nossa mobilização, em conjunto com os demais setores do funcionalismo contra o PL 529, que extingue 10 órgãos públicos das áreas da saúde, habitação, transporte, meio ambiente e regularização fundiária, aliada ao

trabalho parlamentar dos deputados e deputadas que se posicionam contra esse projeto, vem trazendo resultados, impedindo a sua votação.

As diversas tentativas do governo Doria de aprovar seu projeto, inclusive com a convocação de sessões extraordinárias nas noites de segunda-feira e tentativas até mesmo na sexta-feira, não obtiveram êxito. O governo não tem obtido quórum para a instalação das sessões ou para a própria votação.

**Na próxima terça-feira, 13/10, todas e todas devemos nos fazer presentes na ALESP, a partir das 17 horas, para continuar pressionando os deputados e inviabilizar definitivamente o projeto.**

O governador, que tenta buscar aliados alterando pontualmente o conteúdo do PL. Para nós, não há como negociar alterações nesse projeto. Queremos a sua retirada ou sua total derrota na votação.

## **CPI para investigar uso de verbas em troca de votos**

A título de esclarecimento, devemos dizer que o governo precisa de quórum de 48 deputados que assinem a lista de

presença na sessão extraordinária para que o projeto possa ser pautado. Ao mesmo tempo, o quórum para votação é igualmente de 48 deputados, independentemente de votarem sim ou não.

Por isso, foi criada uma CPI na ALESP com objetivo de investigar o uso de verbas em emendas parlamentares para votações de projetos do governo, tendo em vista a denúncia de que deputados que se comprometeram a votar sim no PL 529 seriam agraciados com a liberação de R\$ 30 milhões em emendas parlamentares e os que, apesar de votar não, se prontificam a participar do quórum de 48 presentes para que a votação aconteça, receberiam R\$ 20 milhões.

## Homenagem aos professores

O CER prestou homenagem a todo o magistério pelo Dia dos Professores, como um momento de celebração da mais importante profissão que existe na nossa sociedade, aquela que forma todos os demais profissionais e que é um instrumento fundamental para a construção do futuro do nosso país como nação soberana, justa e igualitária.

Reafirmou também a luta da nossa entidade contra todos os ataques que sofre a nossa categoria, sejam efetivos, contratados temporariamente, da ativa e aposentados.

Como encaminhamento, o CER aprovou a realização de uma live no dia 15/10 em horário a ser definido, para homenagear as professoras e os professores e debater temas como;

- Direito à Inclusão Digital
- Educação Pós-Pandemia – Apresentação da pesquisa do IAB, com participação de infectologista e professor

- Debate sobre racismo estrutural e discussão de gênero
- Sustentabilidade do emprego, do trabalho e da renda (sustentabilidade alimentar)

Na ocasião haverá também uma apresentação cultural. Novas informações serão brevemente divulgadas.

## Matérias pagas

A APEOESP veiculará ainda uma matéria paga em homenagem às professoras e professores no dia 15 de outubro, no intervalo do jornal Bom Dia da Rede Globo de Televisão, abordando também as principais lutas desenvolvidas neste momento pelo sindicato em defesa da categoria.

No dia 16/10, no mesmo horário, a APEOESP veiculará nova matéria paga, desta vez para convocar a assembleia popular virtual regionalizada.

## Condições mínimas para a volta das aulas presenciais APÓS A PANDEMIA

Não aceitaremos nenhum retorno às aulas em 2020 e enquanto não houver controle total da pandemia e a redução drástica no número de casos e óbitos

- Em primeiro lugar, todas as escolas devem passar por um processo intenso de reformas, para terem condições de ventilação, circulação, higiene, alimentação e de promoção de segurança sanitária para professores, estudantes e funcionários.

- Assegurar distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os estudantes. Neste caso, mais de 98% das turmas atuais precisam ser readequadas.
- Testagem em massa para estudantes, professores e funcionários e suas famílias.
- Fornecimento de equipamentos de segurança individual (EPI) de qualidade, dentro das especificações técnicas determinadas pelas autoridades sanitárias
- Álcool em gel para uso de toda a comunidade escolar e outras pessoas que visitem as escolas
- Aferição da temperatura corporal de todas as pessoas que frequentem as escolas
- Devem ser assegurados banheiros e lavatórios em número e qualidade suficiente para todos e todas.
- Número máximo de 25 alunos por classe.





## LEIA COM URGÊNCIA

**O governador do Estado publicou o Decreto 65.237, que mantém a quarentena e a suspensão de atividades “não essenciais” até 16 de novembro de 2020. Isto significa que não poderá haver aulas presenciais obrigatórias nas redes de ensino até aquela data.**

### **Leia a íntegra:**

DECRETO Nº 65.237, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020 Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020

Estende a quarentena até 16 de novembro de 2020.

JOÃO DORIA,

Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Considerando as recomendações do Centro de Contingência do Coronavírus, instituído pela Resolução nº 27, de 13 de março de 2020, da Secretaria da Saúde; Considerando a necessidade de conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde,

Decreta:

**Artigo 1º** - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, fica estendida, até 16 de novembro de 2020, a vigência:

I - da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020;

II - da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020.

**Artigo 2º** - Este decreto entra em vigor em 10 de outubro de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de outubro de 2020

JOÃO DORIA

DOE DE 10/10/2020 EXECUTIVO I PÁGINA I